

A PATRIMONIALIZAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL RURAL E O PATRIMÓNIO EDIFICADO

Algumas notas

Nuno Gonçalo F. Monteiro

A onda económica adianta-se rápida; dentro em pouco inundará os campos. Dêem-se pressa os que ainda quiserem conhecer as velhas usanças, para as quais está já a soar a derradeira hora.

Júlio Dinis, *As pupilas do senhor reitor* (1867)

... le patrimoine n'existe pas *a priori*, tout objet est susceptible d'en faire partie quand il a perdu sa *valeur d'usage*.

Jean-Michel Leniaud, *L'utopie française. Essai sur le patrimoine*, Paris, 1992, p. 3

Introdução: liberalismo e património

Se decidirmos identificar património com aqueles objectos que se reputa de-
verem sobreviver à sua função utilitária original como resultado da relevân-
cia identitária ou outra que lhes é atribuída, verificamos que a reflexão sobre o
espaço rural e o património se defronta com uma dupla e paradoxal constata-
ção, especialmente evidente no caso português: por um lado, o mundo rural
ofereceu em Portugal um tardio (e por isso muito recente), mas inexorável pro-
cesso de patrimonialização, em muitas das suas vertentes; mas por outro, são
em boa medida os esforços e investimentos decorrentes dessa patrimoniali-
zação crescente que permitem, pelo menos em parte, a reconversão económi-
ca e social das áreas atingidas por uma das mais marcantes mudanças sociais
que atravessaram a sociedade portuguesa nas últimas décadas¹.

Assim, o mundo rural oitocentista, cuja morte fora anunciada mais de

Agradeço a José Portela as sugestões que fez relativamente à primeira versão deste texto.

um século antes pela pena de publicistas e escritores, só nas derradeiras décadas do século XX se transmutou irreversivelmente². A longa coexistência de uma modernização institucional e política, associada à implantação do liberalismo, com universos rurais que, não obstante a sua diversidade e as significativas transformações entretanto sofridas, perduraram para além das expectativas de muitos³ constitui, sem dúvida, uma marca singular da história contemporânea portuguesa no contexto europeu, que tem alimentado muitas e contrapostas interpretações e debates. O facto de ainda em 1950 cerca de metade da população activa ser absorvida pela agricultura e de a maior parte dos habitantes de Portugal não residir naquela data em centros urbanos não constitui, só por si, um caso único no velho continente. É a combinação dessa realidade fundamental com a precoce e definitiva consagração da ordem jurídica e institucional (e simbólica) característica do mundo ocidental contemporâneo a partir de 1834 o que confere originalidade ao caso português. Creio que esta segunda dimensão não é frequentemente ponderada ou sequer reconhecida. Na verdade, o legado das imagens poderosas produzidas pelos intelectuais do último terço do século XIX, em particular pela chamada geração de 70⁴, tendeu a desvalorizar as transformações oitocentistas e a ser aceite em geral pela posteridade de quase todos os quadrantes. Mesmo no terreno historiográfico e em alguns dos seus expoentes mais emblemáticos se fazem sentir a força e a vitalidade dessas imagens, retomadas para explicar aspectos essenciais da evolução da sociedade portuguesa no século XX⁵.

Antes de nos debruçarmos sobre a evolução recente das concepções de património, importa sublinhar que as primeiras preocupações patrimoniais com o mundo rural são praticamente contemporâneas das grandes mutações que acompanharam a referida implantação do liberalismo. Assumiram múltiplas dimensões, de resto, e principiaram pelas manifestações que geralmente se costumam associar à cultura do romantismo oitocentista.

Com efeito, é a partir do terceiro quartel de oitocentos que se detecta um conjunto de iniciativas e textos que tendem a projectar sobre algumas

2 Cf. síntese sobre aquilo que foi, de algum modo, o apogeu, em meados do século XX, e o ulterior declínio do mundo rural contemporâneo dominado pela agricultura em Fernando Oliveira Baptista, "Declínio de um tempo longo", *O voo do arado*, Lisboa, 1996, pp. 35 e seg.

3 Não se pretende com isto sugerir que todos os actores políticos e intelectuais previam o inexorável e próximo ocaso do mundo rural tradicional, antevisto na citação de Júlio Dinis com a qual abrimos este texto; é bem sabido que em pleno século XX muitos autores pensavam que Portugal tinha e deveria continuar a ter uma vocação essencialmente agrícola.

4 Desnecessário se torna indicar a extensa relação de textos onde, como na colaboração de Ramalho Ortigão e de Eça de Queiroz nas *Farpas*, essas imagens têm uma poderosa ilustração.

5 Um texto emblemático a esse respeito é o livro de Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, 1971.

dimensões associáveis ao mundo rural um olhar nostálgico⁶ que se combina com a preocupação pela sua preservação. Na verdade, as expressões literárias da idealização romântica do mundo rural são quase contemporâneas das primeiras recolhas etnográficas da cultura popular⁷. Também às grandes rupturas políticas e institucionais oitocentistas se sucede rapidamente a preocupação com a identificação de um legado cultural associado a regiões e a localismos então já reputados em vias de desaparecimento. É também e ainda no contexto referido que se registam as primeiras expressões de preocupação, não só com o destino dos espólios literários e artísticos, mas também com a destruição acelerada sofrida pelo património edificado da Idade Média e do Antigo Regime, designadamente eclesiástico, que em boa medida se associava ao mundo rural e às transformações recentes por ele sofridas⁸. Desde os seus primórdios que estas iniciativas se combinavam no objectivo declarado de descobrir no legado da história portuguesa e da cultura popular as raízes de uma identidade da nação, fundamento da ordem política que se buscava consolidar.

Na viragem do século XIX para o século XX, essa combinação de história, ruralismo e patriotismo adquire novas componentes, sem se modificar radicalmente, num contexto político e cultural que foi recentemente identificado como o de uma "Segunda Fundação"⁹. Os intelectuais das gerações finiseculares:

Apenas se distinguiam dos primeiros escritores liberais porque quiseram continuar os seus esforços de uma maneira mais "positiva", isto é, mais "científica" (...) a era de Almeida Garrett, com as suas xácaras elegantes, adaptadas a partir dos relatos de amas e criados, deu lugar à era de Joaquim Leite de Vasconcelos e das descrições exaustivamente eruditas, em vários volumes, de expedições às comunidades de montanha¹⁰.

O legado dessa herança intelectual, agora marcada por novas contribuições, é múltiplo. A sua ulterior evolução e transmutação inclui, certamente, notáveis produções que se traduziram em trabalhos fundacionais no âmbito da geografia humana¹¹ e da antropologia¹². No entanto, é indiscutível que nesse

6 Correndo o risco do lugar comum, deve-se destacar que a obra pioneira nesse domínio é evidentemente *Viagens na Minha Terra*, de Almeida Garrett (1846).

7 Recorde-se que ao mesmo Garrett se devem as recolhas do Romanceiro e do Cancioneiro, que terão a sua sequência, entre outras, nas recolhas de Teófilo Braga, Adolfo Coelho e Consiglieri Pedroso. Os antropólogos situam frequentemente estas obras na genealogia da sua disciplina; cf., p. ex., João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*, *Cultura popular e identidade nacional*, Lisboa, 2000, pp. 29 e seg.

8 Ao contrário da anterior, a genealogia desta questão, que tem num célebre texto de Alexandre Herculano ["Monumentos Pátrios" (1838-1839), republicado em Jorge Custódio e J. M. Garcia (org.), *Alexandre Herculano, Opúsculos*, I, Lisboa, 1982, pp. 175 e seg.] uma das suas referências fundadoras, tem sido relativamente pouco explorada.

legado sobre o mundo rural prevalecem as imagens idealizadas sobre uma realidade que só lentamente se foi depreciando, ao mesmo tempo que a tradição que se busca registar e perpetuar se associa a uma ideia de continuidade imemorial e de ausência de conflitualidade social. Para todos os efeitos, a celebração folclorizada da ruralidade na Exposição do Mundo Português de 1940 não deixa de constituir uma das apropriações possíveis dessa herança. Ao longo do século XX, na definição concorrente dos arquétipos da arquitectura popular¹³, em torno da qual se contraporão aos modelos oficiais do Estado Novo alternativas diversas, como em outros domínios da cultura popular, é ainda à disputa dessa herança dos primeiros esforços de patrimonialização do mundo rural ou das suas representações que se vai assistir.

Mas um breve olhar de um historiador estudioso de um passado mais ou menos remoto sobre a relação entre mundo rural e património não deixa de colocar novas interrogações e desafios, resultantes, em larga medida, de evoluções recentes na escrita da história, mas também nas noções de património. Em primeiro lugar, da "multiplicação dos patrimónios". Desde há muito que o legado oitocentista, generalizável a quase toda a Europa, que referenciava o património a objectos e vestígios materiais que se podiam associar a dimensões marcantes do passado nacional, foi indiscutível e inexoravelmente ampliado. Não se trata apenas de uma nova consciência ecológica, que produziu a noção de património ambiental, com relevantes implicações no que ao mundo rural se refere e para o qual os públicos nacionais parecem ter uma apreciável sensibilidade¹⁴, ou da ideia da paisagem como uma realidade cultural com valor patrimonial¹⁵. Nem, também, da dimensão patrimonial atribuída desde há muito ao legado das culturas populares. A própria noção "clássica" de património histórico sofre agora o desafio da relativização, exponenciada pelas epistemologias pós-modernas¹⁶, do discurso historiográfico: a insistência no carácter eminentemente construído deste e dos objectos,

9 Cf. Rui Ramos, *A segunda fundação (1890-1926)*, vol. 6 de José Mattoso (org.), *História de Portugal*, Lisboa, 1994.

10 Rui Ramos, "O cidadão Keil", em *Alfredo Keil 1850-1907*, Lisboa, 2001, p. 479.

11 Na qual avulta, evidentemente, a obra de Orlando Ribeiro.

12 Cf. síntese de João Leal, ob. cit.

13 Cf. síntese de João Leal, ob. cit., parte II.

14 Cf., entre outros, Luísa Schmidt, *Ambiente e natureza no Écran: Emissões Televisivas, Remissões Culturais*, dis. Dout. Mimeo., Lisboa, ICS, 1999; e Luísa Lima, e outros (org.), *Ambiente e Desenvolvimento*, Lisboa, ICS, 2002.

15 Cf. *Patrimoines et paysages culturels*, Ed. Confluences, 2001.

16 Sem nos alongarmos em referência sobre o assunto, pode-se encontrar uma exposição por temas da versão mais extrema do pós-modernismo em história no livro de Alun Munslow, *The Routledge Companion to Historical Studies*, Londres, 2000, e uma crítica acerca das mesmas em Richard J. Evans, em *Defense of History*, Nova Iorque, 1997; globalmente as posturas referidas contribuíram para uma onda relativista e para uma viragem dos historiadores para as condições de produção dos seus próprios discursos.

"patrimonializados", que o foram corporizando. Pode assim destacar-se "la conscience aiguë du caractère concerté et changeant des objets de l'histoire" e também que "la notion d'identité est devenue éminemment problématique dans son rapport à la notion de patrimoine"¹⁷. E, ainda, a concluir, que o facto patrimonial entrou, de certa maneira, numa "era de suspeição"¹⁸. No entanto, essa multiplicação dos objectos "patrimonializáveis" e a consciência do seu carácter construído não se tem traduzido na depreciação do valor que se lhes atribui. Ao invés, o quase infundável alargamento do território dos temas patrimonializáveis têm-se saldado numa valorização global dos mesmos. Escusado será insistir nas óbvias e relevantes consequências desse fenómeno.

O mundo rural, as elites locais e o património edificado

Diga-se, de passagem, que o diagnóstico antes esboçado só em parte se aplica a Portugal. É certo que desde a tradição antiquarista e dos primórdios da História da arte, que se pode fazer recuar ao século XVIII e a Winckelmann ou até a Vasari e ao Renascimento, esta disciplina manteve uma relação privilegiada com a construção da noção de património, ao ponto das duas se poderem confundir¹⁹. No entanto, apesar da recente valorização do património ambiental, parece legítimo afirmar-se que a hegemonia da história da arte e sobretudo da arquitectura nesse terreno é ainda mais marcante do que em outras paragens, em boa medida pelo escasso eco que a discussão recente sobre os conceitos de património tem tido entre nós. Esse facto não deixa de ter algumas implicações, como se sublinhará adiante.

Uma das dimensões da relação antes referida é a tendência para identificar as dimensões patrimoniais das distintas localidades acima de tudo e em primeiro lugar com o património edificado e este, não só mas sobretudo, com os edifícios históricos de apreciáveis dimensões (igrejas, conventos, instituições assistenciais, casas nobres, em especial). De resto, é bem sabido que boa parte das intervenções da administração central e também da administração local se têm dirigido exactamente no sentido de classificar, inventariar e reabilitar esse imóveis históricos, geralmente reputados a expressão paradigmática do património local. Sobre essa matéria, parece-me justificarem-se algumas observações.

Não obstante o imenso investimento simbólico feito nos referidos

17 Dominique Poulot, *Patrimoine et musées. L'institution de la culture*, Paris, 2001, p. 203.

18 Dominique Poulot, *Patrimoine et musées. L'institution de la culture*, Paris, 2001, p. 209.

19 "L'Histoire de l'art est liée, en tant que discipline, à la notion de patrimoine d'une façon si intime parfois que l'on pourrait être tenté de les confondre", Roland Recht, "Histoire de l'art et patrimoine", em Pierre Nora (org.), *Science et conscience du patrimoine, Actes des Entretiens du Patrimoine*, Paris, Fayard, 1997, p. 82.

imóveis, geralmente reputados como um relevante atractivo turístico local, os critérios de classificação são muito discrepantes e, em particular, não existe um inventário sistemático dos edifícios ditos históricos ou de interesse patrimonial²⁰. O que constitui uma dupla limitação, pois afecta não apenas os usos referidos, mas ainda a possibilidade dos estudiosos disporem de instrumentos de trabalho relevantes.

No entanto, os escassos elementos de informação disponíveis permitem, apesar de tudo, produzir algumas aproximações significativas. Uma dessas dimensões reporta-se precisamente à relação entre o mundo rural e o património edificado, a propósito da qual iremos efectuar uma breve sondagem. A maior parte dos edifícios aos quais nos vimos referindo foram edificadas antes de meados do século XIX, ou seja, no quadro social e institucional do Antigo Regime. Além disso, embora a data da sua fundação seja frequentemente mais remota, a maioria sofreu consideráveis obras de ampliação nos séculos XVII e XVIII. Ora, mesmo quando localizados em centros urbanos, importa destacar que a generalidade das instituições e das elites que levaram a cabo as referidas obras de edificação e ampliação dependiam esmagadoramente das várias formas históricas de apropriação do produto agrícola, embora por vezes tenham sido outras fontes de acumulação de capital a custear as campanhas de obras. O conhecimento progressivo das fontes de rendimento das referidas instituições permite, assim, estabelecer um vínculo essencial entre o mundo rural e o património edificado, não apenas ao nível da arquitectura popular, mas também no plano dos grandes edifícios e dos chamados "monumentos históricos". Essa conexão permite, não apenas articular, através da análise das fontes de rendimento e da sua evolução temporal, os fluxos da produção com os ritmos da edificação, como tende a conferir uma relevância muito particular ao estudo da geografia dos edifícios.

Como ponto de partida desta breve incursão, podemos recapitular algumas informações conhecidas sobre a distribuição da população. Na verdade, a macrocefalia de Lisboa, o contraste Norte (do Tejo)/Sul, e litoral/interior constituem características históricas bem conhecidas e remotas da demografia em Portugal, patentes desde os primórdios da expansão marítima e, desde logo, no primeiro grande numeramento do século XVI (1527-1532). No entanto, importa sublinhar algumas dimensões que essa imagem de continuidade tende a subsumir. Se adoptarmos, como se fez recentemente, o discutível mas defensável critério de identificar a população do "litoral" com a "agregação das comarcas com abertura para o mar" (no caso, Viana, Ponte de

20 Para além dos diferentes níveis de classificação (património nacional, interesse nacional, interesse municipal), deve destacar-se que não existe nem na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (cf. o respectivo site na Internet) nem no IPPAR (cf. o respectivo *Património classificado. Arquitectónico e arqueológico*, 3 vol., Lisboa, 1993) um inventário satisfatório dos edifícios que poderiam entrar na referida categoria.

Lima, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Torres Vedras, Lisboa, Setúbal, etc.), apenas cerca de 36% do território corresponderia a tal classificação. No entanto, no século XVI como duzentos anos mais tarde, um pouco mais de metade da população residiria no interior. E essa imagem de conjunto manter-se-ia ainda no início do século XIX²¹. Ou seja, embora a densidade populacional no litoral Norte e Centro fosse duas vezes mais elevada do que nas comarcas do interior, estamos ainda muito longe do fenómeno contemporâneo de litoralização da população. De resto, na zona centro, ao longo do século XVIII, e graças sobretudo às comarcas ligadas à produção dos vinhos do Porto e do Dão, o interior até cresce mais rapidamente do que o litoral. Uma representação cartográfica recente sobre a densidade populacional no continente português no primeiro quartel de oitocentos permite identificar que a Norte do Tejo "a população concentra-se numa faixa litoral entre os rios Minho e Mondego, penetrando para o interior, ao longo dos principais cursos de água"²².

Esta distribuição da população que vamos encontrar nos finais do Antigo Regime político, nas vésperas, portanto, das ruptura políticas e institucionais que inauguram a época contemporânea em Portugal, coincide em parte com a distribuição geográfica das elites locais, nos respectivos níveis de rendimento e de fortuna e, finalmente, com a tradução de tudo isso no património edificado.

A existência de critérios relativamente gerais na selecção dos elegíveis para as câmaras do Antigo Regime faz com que as respectivas listas forneçam uma radiografia das elites sociais locais no conjunto do território. Retomando os elementos recolhidos num estudo anterior, iremos centrar a atenção nos arrolamentos dos municípios sede de comarca na viragem do século XVIII para o XIX (grosso modo, entre 1796 e 1806)²³. Os dados apresentados reportam-se apenas a vereadores (e juizes, nas câmaras sem juiz letrado), pois os procuradores tinham sempre um estatuto social diverso e inferior. Ao todo, obtêm-se informações para 34 das 43 sedes de comarca existentes em 1801²⁴, faltando apenas 5 terras importantes (Barcelos, Braga²⁵, Bragança, Alenquer e Faro), para além daquelas onde existe omissão de informação sobre fortuna ou

21 José Vicente Serrão, "População e rede urbana no século XVI-XVIII", em César Oliveira (org.), *História dos Municípios e do Poder Local em Portugal (Dos Finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 1996, pp. 67-71.

22 Luís Espinha da Silveira, *Território e Poder. Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, Cascais, 1997, p. 20.

23 Retomam-se aqui as indicações constantes de Nuno G. Monteiro, "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime", *Análise Social*, n.º 141, 1997, pp. 335-368.

24 Recolheram-se, designadamente, as que iam à confirmação ao Desembargo do Paço e à Casa do Infanteado [cf. fundos respectivos no ANTT (Arquivos Nacionais, Torre do Tombo)].

25 A governança destas duas terras foi já investigada a partir de fontes locais; cf. José V. Capela, "A Câmara, A Nobreza e o Povo de Barcelos", sep. *Barcelos Revista*, III (1), 1989; e José V. Capela, *O Município de Braga de 1750 a 1834. O governo e a administração económica e financeira*, Braga, 1991.

imóveis, geralmente reputados como um relevante atractivo turístico local, os critérios de classificação são muito discrepantes e, em particular, não existe um inventário sistemático dos edifícios ditos históricos ou de interesse patrimonial²⁰. O que constitui uma dupla limitação, pois afecta não apenas os usos referidos, mas ainda a possibilidade dos estudiosos disporem de instrumentos de trabalho relevantes.

No entanto, os escassos elementos de informação disponíveis permitem, apesar de tudo, produzir algumas aproximações significativas. Uma dessas dimensões reporta-se precisamente à relação entre o mundo rural e o património edificado, a propósito da qual iremos efectuar uma breve sondagem. A maior parte dos edifícios aos quais nos vimos referindo foram edificadas antes de meados do século XIX, ou seja, no quadro social e institucional do Antigo Regime. Além disso, embora a data da sua fundação seja frequentemente mais remota, a maioria sofreu consideráveis obras de ampliação nos séculos XVII e XVIII. Ora, mesmo quando localizados em centros urbanos, importa destacar que a generalidade das instituições e das elites que levaram a cabo as referidas obras de edificação e ampliação dependiam esmagadoramente das várias formas históricas de apropriação do produto agrícola, embora por vezes tenham sido outras fontes de acumulação de capital a custear as campanhas de obras. O conhecimento progressivo das fontes de rendimento das referidas instituições permite, assim, estabelecer um vínculo essencial entre o mundo rural e o património edificado, não apenas ao nível da arquitectura popular, mas também no plano dos grandes edifícios e dos chamados "monumentos históricos". Essa conexão permite, não apenas articular, através da análise das fontes de rendimento e da sua evolução temporal, os fluxos da produção com os ritmos da edificação, como tende a conferir uma relevância muito particular ao estudo da geografia dos edifícios.

Como ponto de partida desta breve incursão, podemos recapitular algumas informações conhecidas sobre a distribuição da população. Na verdade, a macrocefalia de Lisboa, o contraste Norte (do Tejo)/Sul, e litoral/interior constituem características históricas bem conhecidas e remotas da demografia em Portugal, patentes desde os primórdios da expansão marítima e, desde logo, no primeiro grande numeramento do século XVI (1527-1532). No entanto, importa sublinhar algumas dimensões que essa imagem de continuidade tende a subsumir. Se adoptarmos, como se fez recentemente, o discutível mas defensável critério de identificar a população do "litoral" com a "agregação das comarcas com abertura para o mar" (no caso, Viana, Ponte de

20 Para além dos diferentes níveis de classificação (património nacional, interesse nacional, interesse municipal), deve destacar-se que não existe nem na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (cf. o respectivo site na Internet) nem no IPPAR (cf. o respectivo *Património classificado. Arquitectónico e arqueológico*, 3 vol., Lisboa, 1993) um inventário satisfatório dos edifícios que poderiam entrar na referida categoria.

Lima, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Torres Vedras, Lisboa, Setúbal, etc.), apenas cerca de 36% do território corresponderia a tal classificação. No entanto, no século XVI como duzentos anos mais tarde, um pouco mais de metade da população residiria no interior. E essa imagem de conjunto manter-se-ia ainda no início do século XIX²¹. Ou seja, embora a densidade populacional no litoral Norte e Centro fosse duas vezes mais elevada do que nas comarcas do interior, estamos ainda muito longe do fenómeno contemporâneo de litoralização da população. De resto, na zona centro, ao longo do século XVIII, e graças sobretudo às comarcas ligadas à produção dos vinhos do Porto e do Dão, o interior até cresce mais rapidamente do que o litoral. Uma representação cartográfica recente sobre a densidade populacional no continente português no primeiro quartel de oitocentos permite identificar que a Norte do Tejo "a população concentra-se numa faixa litoral entre os rios Minho e Mondego, penetrando para o interior, ao longo dos principais cursos de água"²².

Esta distribuição da população que vamos encontrar nos finais do Antigo Regime político, nas vésperas, portanto, das ruptura políticas e institucionais que inauguram a época contemporânea em Portugal, coincidia em parte com a distribuição geográfica das elites locais, nos respectivos níveis de rendimento e de fortuna e, finalmente, com a tradução de tudo isso no património edificado.

A existência de critérios relativamente gerais na selecção dos elegíveis para as câmaras do Antigo Regime faz com que as respectivas listas forneçam uma radiografia das elites sociais locais no conjunto do território. Retomando os elementos recolhidos num estudo anterior, iremos centrar a atenção nos arrolamentos dos municípios sede de comarca na viragem do século XVIII para o XIX (grosso modo, entre 1796 e 1806)²³. Os dados apresentados reportam-se apenas a vereadores (e juizes, nas câmaras sem juiz letrado), pois os procuradores tinham sempre um estatuto social diverso e inferior. Ao todo, obtêm-se informações para 34 das 43 sedes de comarca existentes em 1801²⁴, faltando apenas 5 terras importantes (Barcelos, Braga²⁵, Bragança, Alenquer e Faro), para além daquelas onde existe omissão de informação sobre fortuna ou

21 José Vicente Serrão, "População e rede urbana no século XVI-XVIII", em César Oliveira (org.), *História dos Municípios e do Poder Local em Portugal (Dos Finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 1996, pp. 67-71.

22 Luís Espinha da Silveira, *Território e Poder. Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, Cascais, 1997, p. 20.

23 Retomam-se aqui as indicações constantes de Nuno G. Monteiro, "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime", *Análise Social*, n.º 141, 1997, pp. 335-368.

24 Recolheram-se, designadamente, as que iam à confirmação ao Desembargo do Paço e à Casa do Infante [cf. fundos respectivos no ANTT (Arquivos Nacionais, Torre do Tombo)].

25 A governança destas duas terras foi já investigada a partir de fontes locais; cf. José V. Capela, "A Câmara, A Nobreza e o Povo de Barcelos", sep. *Barcelos Revista*, III (1), 1989; e José V. Capela, *O Município de Braga de 1750 a 1834. O governo e a administração económica e financeira*, Braga, 1991.

Quadro 1 Rendimento/fortuna dos elegíveis para vereadores nas sedes de comarca

P.	Concelho	Ano	Fogos		A	B	C	D	E	F	G	H
			Sede	Total	V.	T.	Renda	Fortuna	R. Max	Min	F. Max.	Min
M	Porto	1804	12108	12108	34	61	3743		8000	600		
B	Lamego	1798	1664	4005	19	25		82667			160000	40000
B	Viseu	1797	1032	6833	14	24	2771		5600	1200		
AO	Portalegre	1801	1751	2615	25	35	2306		4800	600		
AO	Évora	1798	3142	4793	12	19	2236		600	200		
E	Santarém	1795	2433	8066	28	41	2153		12000	nada		
E	Tomar	1804	974	3951	15	21	1753		4000	300		
B	Castelo Br.	1797	1280	3288	14	23		32229			60000	1200
E	Setúbal	1804	3590	3671	34	51	1281		7200	200		
B	Coimbra	1802	4780	11161	37			29143			80000	6000
M	Guimarães	1796	1965	12341	40	55	1102		7200	200		
B	Guarda	1797	692	4383	16	28		27067				
AO	Elvas	1798	3162	4130	22	40	1074		2800	100		
T	Vila real	1806	1236	9632	55	85		26247			80000	1200
T	Moncorvo	1796	335	1841	15	29		19231			40000	2000
M	Penafiel	1798	928	4917	21	35	598		3200	200		
B	Trancoso	1796	375	2541	23	37		12313			28000	4000
B	Pinhel	1800	516	2388	32	41	424		1200	30		
E	Torres Ved.	1798	830	4316	38	45	340		1000	30		
AE	Tavira	1798	2110	3232	23	31		6722			28000	200
E	Vila Franca	1807	1210	1209	13	13		6615			16000	1600
AO	Avis	1798	343	848	17	22	228	2427	500	50	4800	700
E	Leiria	1801	642	6432	19	29		5373			16000	nada
T	Miranda	1823	155	1753	21	38		3691			12000	700
AO	Ourique	1798	685	1816	32	40		3075			24000	100
AE	Lagos	1798	1894	2800	17	26		2907			10000	400
B	Aveiro	1797	1134	2887	25	44		2520			20000	600
AO	Beja	1806	1791	4299	20	30						
E	Chão de Co.	1804	266	270	18	24						
AO	Crato	1806	353	903	15	21						
B	Feira	1804	371	7690	27	36						
B	Linhares	1807	194	1122	30	36						
M	Valença	1804	518	2656	12	17						
M	Viana	1808	1441	3525	33	43						

Legenda: (P) Província; (A) Número de elegíveis para vereador; (B) Número total de elegíveis para as câmaras; (C) Rendimento médio dos elegíveis para vereador (em milhares de reis); (D) Fortuna média dos elegíveis para vereador; (E) Rendimento máximo; (F) Rendimento mínimo; (G) Fortuna máxima; (H) Fortuna mínima; (AE) Algarve; (AO) Alentejo; (B) Beira; (E) Estremadura; (M) Minho; (T) Trás-os-Montes, dados para os fogos de 1826; só se considerou para efeitos de médias os indivíduos para os quais se apresentam valores de fortuna ou rendimento.

rendimento (Beja, Viana, etc.). Deve salientar-se, por fim, que os arrolamentos seleccionavam de facto "os principais" das terras do ponto de vista do estatuto nobiliárquico. Mas não necessariamente os mais ricos. Ou seja, podemos supor, e sabemos efectivamente para vários casos, que, nas câmaras mais fidalgas, as fortunas recentes, mesmo quando ultrapassando todas as

restantes²⁶, tinham dificuldade em entrar para as listas de elegíveis das vereações.

A dimensão mais surpreendente do quadro 1 prende-se com a hierarquia que este estabelece entre as distintas povoações do reino. De facto, esta estava longe de corresponder ao volume da população de cada termo conceitual. Mais decisivas serão, certamente, outras variáveis. Se a situação destacada do Porto se encontra dentro das expectativas, o mesmo não acontece com as posições seguintes: Lamego e Viseu, os dois centros urbanos que no liberalismo oitocentista viriam a disputar a chefia do futuro distrito de Viseu. Seguem-se Portalegre, à frente de Évora, e Santarém. Depois, ultrapassando o limiar do conto de réis de renda média, vêm listas numerosas, onde se incluem grandes rendas/fortunas máximas, como nos casos de Setúbal, Coimbra, Guimarães e Vila Real, e listas bem mais reduzidas, como as de Tomar, Castelo Branco, Guarda, Elvas e Moncorvo. Inesperadamente diminutos são os valores de Miranda, Leiria, Torres Vedras, Lagos, Tavira e, sobretudo, Aveiro. Repare-se que, se nos dedicarmos a vários exercícios (como o de dividir a renda somada dos arrolados pela população), a hierarquia se altera, mas os grandes contrastes permanecem. Se tomarmos como termo de comparação o volume da população, o interior ganha peso, neste caso, em detrimento do litoral.

Na verdade, as indicações do quadro 1 ficam consideravelmente esclarecidas se as confrontarmos com os indicadores sobre o estatuto social dos arrolados, que aqui não iremos retomar²⁷. Apesar da correspondência não ser perfeita, o resultado final aponta para uma grande coincidência entre a hierarquia da renda e a da nobreza. Genericamente, aquelas terras onde os arrolados eram mais ricos, também ostentavam a mais qualificada nobreza.

Resta explicar estes resultados. Serão o reflexo da maior quantidade de casas fidalgas antigas e ricas em determinadas zonas (designadamente, Beira Alta, Douro próximo da região demarcada do vinho do Porto, parte do Minho, eixo central do Alentejo), ou apenas a maior concentração das mesmas em determinados concelhos dentro das referidas zonas? A segunda resposta parece ser geralmente correcta no que se refere ao Alentejo, como, de resto, se pode inferir dos dados apresentados para várias capitais de comarca e de outros que se puderam consultar. Mas não se aplica claramente ao Douro e à Beira Alta confinante.

Esboçou-se um breve exercício para apenas cerca de uma dúzia de câmaras.

As informações recolhidas são concludentes. No Minho, no Douro da região demarcada do Vinho do Porto e na comarca de Viseu não são apenas as

26 Cf., por exemplo, Teresa Fonseca, *Relações de poder no Antigo Regime. A administração municipal em Montemor-o-Novo (1777-1816)*, Montemor-o-Novo, 1995, p. 158.

27 Cf. Nuno G. Monteiro, ob. cit.

Quadro 2 Rendimento/fortuna dos elegíveis para vereadores

P.	Concelho	Ano	Fogos		A	B	C	D	E	F	G	H
			Sede	Total	V.	T.	Renda	Fortuna	R. Max	R. Min	F. Max.	F. Min.
B	Besteiros	1800	615	2328	16	24	2175		4000	800		
B	Mesão frio	1796	236	773	23	32		49909			160000	2000
M	Amarante	1796	364	1500	14	20	1783		3200	500		
AO	Estremoz	1801	1786	2817	14	29	1579		4800	300		
AO	Montemor	1798	954	2234	13	20	1417		4000	200		
T	Santa Marta	1799	452	3063	46	65		25557			80000	4800
B	Covilhã	1797	2301	4916	26	43		13843			40000	nada
B	Fundão	1800	506	3800	17	28		13035			32000	2400
AE	Loulé	1801	2110	4105	17	20		8913			40000	300
B	Figueira	1802	969	2234	25	35		4095			10000	nada
AO	Odemira	1798	582	1634	19	24		3541			16000	400
AO	Mértola	1798	612	2835	22	26		2436			8000	300
AÇ	Ponta delgada	1779			34	46	1486 (a)		5400 (b)	Nd		

Nota: (a) 2.786, deflacionado a valores de 1800; (b) 10.125, deflacionado a valores de 1800.

Legenda: (P) Província; (A) Número de elegíveis para vereador; (B) Número total de elegíveis para as câmaras; (C) Rendimento médio dos elegíveis para vereador (em milhares de reis); (D) Fortuna média dos elegíveis para vereador; (E) Rendimento máximo; (F) Rendimento mínimo; (G) Fortuna máxima; (H) Fortuna mínima; (AE) Algarve; (AO) Alentejo; (B) Beira; (M) Minho; (T) Trás-os-Montes.

sedes comarcas os locais de residência das mais selectas elites. Em Besteiros/Tondela o rendimento médio passava dos 2 contos e a pequena vila de Mesão Frio registava a segunda maior fortuna média até agora apresentada, e uma fortuna máxima não ultrapassada em nenhuma outra câmara (de um cavaleiro de hábito e Deputado da Companhia das Vinhas). Duas câmaras notoriamente fidalgas, o que se aplica em parte também a Santa Marta de Penaguião, embora aqui a fonte seja um tanto ambígua nas classificações. De resto, mesmo em pequenas câmaras desta zona podem encontrar-se arrolados senhores de grandes casas, como por exemplo, em Canelas ou S. João da Pesqueira. Pelo contrário, no Sul as fidalgas e ricas pautas de Montemor-o-Novo e Estremoz são excepções. O padrão dominante será o de Odemira e Mértola, semelhante a outras vilas alentejanas. Também no Algarve as elites locais nos aparecem com limitada fortuna e pouca nobreza. Quanto às câmaras fortemente mercantis (peso dos negociantes) e com reduzidas fortunas da Covilhã, Fundão e Figueira constituirão, com toda a certeza, casos singulares. Por fim, os mais importantes centros urbanos das ilhas atlânticas revelam-se, como seria de esperar, redutos de uma qualificada e rica nobreza, estreitamente identificada com a instituição vincular²⁸.

Poder-se-ia pensar, à partida, que a concentração das câmaras mais selectas em espaços bem identificados reflectiria apenas a geografia da antiga fidalguia medieval: "Os principais solares do Reyno de Portugal achão-se pelos campos, & Montes de Entre Douro, & Minho, & em alguns Lugares da

Beyra, & Trasmontes"²⁹. No entanto, outros dados recolhidos sugerem que as câmaras mais ricas e mais fidalgas não traduzem linearmente a presença dessa fidalguia muito antiga mas sim a confluência de uma herança de fidalguia anterior (dos seus símbolos e modos de vida, menos presente no Sul³⁰) com a maior riqueza e a maior mobilidade social, embora nunca demasiado rápida e abrangendo quase sempre apenas certas famílias ou casas. A hierarquia do espaço geográfico antes apresentada, em vez de reflectir apenas uma herança cristalizada desde finais da Idade Média, parece, assim, testemunhar também o maior dinamismo económico, designadamente agrícola, de certas zonas e de determinados centros urbanos. Na verdade, as fontes dos rendimentos das elites que pontificavam nas câmaras mais selectas do reino decorriam, quase sem excepção, de "bens de raiz", ou seja, das modalidades várias de apropriação do produto agrícola. Acresce que estas, ao contrário do que ocorria com elites da corte que possuíam fontes de receita em todo o espaço da monarquia, se concentravam nas suas regiões de residência.

As indicações recolhidas, sobretudo se tivermos presente que não se arrolavam apenas os residentes nas sedes de concelho, mas também as pessoas do termo (identificadas por vezes até pelas quintas da sua residência), revelam uma notável concordância com a imagem, aparentemente superficial, que se retira de uma viagem pelas casas armoriadas do Continente, embora se deva ter em consideração que no Sul muitas "casas nobres" de fidalgos não ostentavam pedras de armas.

Não obstante as limitações das fontes antes destacadas, resolvemos proceder a um exercício sobre a distribuição geográfica do património edificado em casas armoriadas no território do continente português. Para tal, partimos de um dos levantamentos mais amplos publicados³¹, completado com os escassos dados suplementares do inventário do IPPAR³². Os resultados globais apresentam óbvias limitações. Desde logo, o número total de casas apuradas — 226 (excluindo o concelho de Lisboa), é muito escasso. Se tivermos em conta que uma relação de 1831 das principais famílias nobres do Minho identifica 240 casas³³, fácil se torna concluir que apenas uma parcela

28 Sem nos alongarmos com a indicação da extensa bibliografia sobre o assunto, importa recordar que foi das ilhas que, ao longo do século XIX, partiram a maior parte das petições e iniciativas conducentes à abolição dos vínculos. Uma breve síntese sobre a questão dos morgados à escala do reino pode encontrar-se em Nuno G. F. Monteiro, "Morgado", em Conceição Martins e Nuno G. F. Monteiro (org.), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, vol. III da *História do Trabalho e das Ocupações*, coord. de N. L. Madureira, Lisboa, Celta Editora, 2002.

29 A. Villaboas e Sampayo, *Nobiliarchia portuguesa* (1.ª ed. 1676), Lisboa, 1727, p. 152.

30 De resto, quase todas câmaras mais fidalgas do Sul, como Évora, Estremoz e Montemor, foram local de reunião de Cortes e de presença da Corte régia durante a Idade Média.

31 António Lambert Pereira da Silva, *Nobres casas de Portugal*, Porto, s. d., que identifica mais de centena e meia de casas.

32 Ob. cit.

reduzida (provavelmente um vigésimo) das casas nobres existentes em Portugal nas vésperas do triunfo liberal se encontram identificadas. Além disso, por razões conhecidas e que aqui não cabe aprofundar, nota-se uma clara distorção geográfica, sobrevalorizando-se o Minho em detrimento de todas as restantes províncias e, em especial, do Sul. Em todo o caso, porque se registam grande parte dos edifícios mais conhecidos e destacados, trata-se de uma amostragem cujas indicações podem ser utilizadas para uma primeira aproximação ao tema.

Principiando por retomar a divisão distrital actual (18 distritos do Continente), os resultados apurados (cf. quadro A. 1, em anexo) destacam, como seria de esperar, o peso esmagador da antiga província do Entre-Douro-e-Minho, com 99 casas, quase 44% do total. Mas depois vem claramente a Beira Interior, muito à frente do Centro Litoral e do Sul.

Se, diversamente, retomarmos a geografia em comarcas existente em 1825³⁴, quando existiam 48 comarcas, torna-se possível esclarecer algumas dimensões suplementares (cf. quadro A. 2, em anexo). Com efeito, esta divisão permite-nos demarcar melhor o litoral do interior, em especial no Minho, apesar da comarca de Viana então existente se alongar para o interior. Retomando identificação de litoral antes apresentada (comarcas com "abertura para o mar"), verificamos que, apesar de tudo, num total de 226 casas 123 ficavam em comarcas "do interior". Uma vez mais, apesar da subavaliação do Sul e de todas as limitações das fontes, as comarcas da Beira interior aparecem à frente do Centro Litoral. Embora a coincidência não seja perfeita, é possível, partindo dos elementos recolhidos, detectar uma apreciável correlação entre as zonas e as localidades nas quais detectámos elites locais mais ricas e com signos nobiliárquicos mais destacados e aquelas nas quais vamos encontrar maior número de casas armoriadas, de acordo com as fontes consultadas.

Notas conclusivas

Acabado de realizar o breve exercício, podemos regressar ao ponto inicial, a saber, a conexão entre o mundo rural, as elites locais e o património edificado. Ao invés de presunções correntes, é possível estabelecer uma relação significativa, não apenas ao nível da chamada "arquitectura popular", mas também entre o património edificado dito "monumental", neste caso, a arquitetura civil das elites de Antigo Regime, e a sociedade rural de então. Mais ainda, a sondagem sobre o património arquitectónico efectuada permite-nos corrigir

33 Jose Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco, *Arvores de costados das famílias nobres dos reinos de Portugal...*, tomo II, Lisboa, 1831.

34 Cf. mapa respectivo em Nuno G. Monteiro, "Os poderes locais no Antigo Regime", em César Oliveira (org.), *História dos Municípios...*, p. 87.

uma imagem demasiado decalcada da realidade contemporânea sobre os universos sociais considerados. A migração das elites locais para os centros urbanos do litoral (Lisboa e Porto, sobretudo) constituiu, afinal, uma das mudanças mais marcantes que, em ciclos sucessivos mas temporal e geograficamente variáveis, se pode associar ao advento da época contemporânea.

Como antes se destacou, a noção de património já não se confunde com a dos chamados "monumentos históricos", mas estes não perderam, por isso, a sua vocação preferencial para se tornarem matéria potencial de patrimonialização. Procurámos, através do breve estudo de um dos objectos paradigmáticos desse processo de patrimonialização (a chamada "casa nobre"), ilustrar como a investigação histórica crítica permite corrigir algumas das ideias correntes sobre o assunto.

Gostariamos de terminar estas notas, sugerindo como um outro tipo de incursão histórica crítica ajuda, com frequência, a descobrir como as memórias do passado preservadas em função dos parâmetros da identidade do Estado-Nação presente podem ocultar as dimensões eminentemente conflituais das identidade pretéritas, mesmo a uma escala local³⁵. Como também antes se referiu, a multiplicação dos materiais susceptíveis de serem erigidos em património não consente que se esqueça que as escolhas sobre a matéria partem sempre de pressupostos, de escolhas que se podem contrapor a outras.

35 Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno G. Monteiro, "Aljubarrota: memória local e memória nacional", *Actas do Encontro "A construção social do passado"*, Lisboa, APH, 1992, pp. 289-296.

Anexo

Quadro A1 Distribuição de casas por distritos actuais

Braga	40	Évora	13	Faro	4
Porto	31	Avelro	12	Vila Real	4
Viana	28	Bragança	10	Lisboa	3
Viseu	28	Leiria	6	Setúbal	3
Guarda	18	Castelo	5	Portalegre	2
Coimbra	14	Beja	4	Santarém	1

Quadro A2 As 16 comarcas do Antigo Regime com maior número de casas

Viana	27	Porto	15	Lamego	10	Penafiel	6
Guimarães	23	Barcelos	13	Guarda	8	Castelo B.	5
Viseu	17	Braga	13	Trancozo	7	Miranda	5
Coimbra	16	Évora	10	Feira	6	Vila Viçosa	5

Nota: os territórios encravados da comarca de Barcelos foram incluídos naquelas com as quais tinham contiguidade territorial.